

### ANEXO III

#### Execução e implantação do PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio

##### CONSIDERAÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de se executar e implantar o **PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio** nas unidades escolares sob a responsabilidade do município, conforme exigências da legislação vigente, LC 14.376/13 e alterações, as considerações constantes a seguir deverão ser atendidas para fins de contratação de empresa para a **execução e implantação do PPCI** segundo os projetos que foram elaborados e aprovados no Corpo de Bombeiros do Município, já estando em poder da Secretaria de Educação para que possam ser disponibilizados para a execução e para a implantação pela empresa.

Os projetos foram elaborados com a finalidade de adequar as unidades às condições de segurança exigidas para proporcionar a devida segurança aos usuários e evitar riscos às edificações, considerando, ainda, que os órgãos competentes vêm fiscalizando os estabelecimentos do Município com o intuito de verificar o pleno cumprimento à legislação.

Considerando que foi finalizada a fase inicial para a adequação, que consistia em elaborar os projetos para o PPCI das edificações, cuja aprovação já ocorreu no Corpo de Bombeiros, e que culminou com a emissão dos Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndios ou dos Certificados de Aprovação, a empresa contratada ficará responsável por **executar e implantar o PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio**, fornecendo e instalando os equipamentos necessários de acordo com os quantitativos e nos locais previstos em projeto. Para os projetos contemplados com Central de Gás, deverão ser realizados os devidos testes de estanqueidade da rede GLP de acordo com o laudo, ocorrendo o mesmo para o SPDA - Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, se constatada a necessidade de execução, em projeto, para os mesmos.

Também ficará sob a responsabilidade da empresa contratada a execução de modificações necessárias nas edificações no que se refere a saídas de emergência ou quaisquer modificações segundo os projetos aprovados pelo Corpo de Bombeiros, para a implantação do PPCI na íntegra.

Cabe salientar que, conforme disposto nos projetos, para algumas edificações existe a exigência de se ministrar cursos para a participação da gerência da edificação visando à prevenção e a segurança da edificação, de maneira a integrar a brigada de incêndio com os equipamentos instalados e outros previstos nos projetos, como medidas compensatórias de segurança. O método de integração entre a equipe da brigada de incêndio e o sistema de combate a incêndio que será instalado na edificação deverá envolver cursos de treinamento de brigada de emergência, segundo os projetos aprovados para as edificações em atendimento à legislação. O conteúdo programático deverá ter abrangência na área de proteção contra incêndio, envolvendo a prática com extintores, métodos de extinção, psicologia das emergências, formação de equipes, GLP e plano de emergência conforme previsto pela LC 14.376/13 e alterações. A brigada de Incêndio atenderá às Legislações Estaduais, Normas Técnicas e Instruções Técnicas vigentes à época da contratação.

Após a execução e implantação do projeto na íntegra pela empresa, haverá a realização do pedido de vistoria para a edificação no Corpo de Bombeiros, ficando a cargo do profissional técnico pela empresa contratada. **O profissional responsável perante a empresa ficará responsável pela implantação e pela execução, cuja ART ou RRT deverá constar o serviço específico, devendo, ainda, ter o registro do profissional vinculado à empresa.**

Portanto, após a execução do projeto, a edificação deverá estar apta para ser vistoriada pelo Corpo de Bombeiros do Município, mediante pedido a ser efetivado pela própria empresa contratada, culminando com a emissão do Alvará do PPCI com a respectiva validade.

O trabalho será considerado plenamente executado somente após todos os equipamentos instalados, com a sinalização fixada de acordo com a Norma, com as saídas adaptadas e com a efetiva vistoria pelo Corpo de Bombeiros, que deverá atestar que o projeto executado atendeu plenamente o que estabelece a legislação pertinente, que tem por objetivo estabelecer as normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado.

Cabe salientar que o pagamento será efetivado somente após o pleno atendimento a todos os quesitos descritos nesse anexo, e com a efetiva entrega do Alvará do PPCI.

Capão da Canoa, 09 de março de 2026.

## PROJETO BÁSICO

### 1. OBJETIVO

Este Projeto Básico de Licitação, parte integrante do edital de licitação, tem por objetivo dar ciência ao contratado sobre o conjunto de elementos necessários para nortear a execução do objeto licitatório.

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**2.1. Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços para implantar o PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio na E.M.E.I. Pingo de Gente, mediante execução conforme arquivos de projeto elaborados por empresa contratada conforme aprovação prévia junto ao Corpo de Bombeiros do município. As exigências deverão ser atendidas para a manutenção da segurança aos usuários e evitar riscos à edificação em cumprimento à legislação vigente, cuja execução será conforme descrição constante dos projetos técnicos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas.**

2.2. As obras previstas para o objeto da licitação serão respaldadas pelos arquivos do projeto básico, cuja execução será de acordo com as especificações técnicas e quantitativos descritos na planilha orçamentária e demais documentos relacionados, que farão parte integrante do edital independente de suas transcrições, e deverão ser obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas. As exigências deverão ser atendidas para a manutenção da segurança aos usuários e evitar riscos à edificação em cumprimento à legislação vigente.

**2.3. A necessidade surgiu diante das modificações nas edificações, que ao longo do tempo alteraram saídas de emergência, modificaram os acessos e rotas de fuga, bem como por acréscimo de áreas cobertas, incremento de novas salas de aula, e de outras modificações em comparação aos antigos projetos que conceberam a escola.**

### 3. COMPOSIÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Compõem o Projeto Básico:

- a) Projetos de Engenharia;
- b) Planilha Orçamentária;
- c) Cronograma Físico-Financeiro;
- d) Detalhamento do BDI;
- e) Detalhamento dos Encargos Sociais;

### 4. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

Os fundamentos e justificativa para a contratação encontra-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

### 5. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos para a contratação constam no Estudo Técnico Preliminar (ETP), e também estarão vinculados ao edital.

### 6. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto do presente projeto básico de licitação será executado na **forma de execução indireta e sob o regime por empreitada por preço unitário**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

6.2. A contratada é obrigada a observar rigorosamente, na realização do objeto, os projetos, planilha orçamentária, cálculos, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas constantes deste projeto básico.

6.3. O prazo de execução das obras é de **03 (três) meses**, conforme discriminado no cronograma físico financeiro, obedecendo às datas e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.4. Os prazos previstos neste projeto básico e previstos na Lei nº 14.133/2021, não excluem nem revogam os prazos contratuais previstos em Lei especial.

### 7. CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Concluídos os serviços, a contratada solicitará ao Município de Capão da Canoa/RS, através da fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.

7.2. O Município de Capão da Canoa/RS, terá o prazo de até 30 (noventa) dias para, através da fiscalização, verificar a adequação das obras/serviços recebidos com as condições contratadas, emitirem parecer conclusivo e aprovação da autoridade competente.

7.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça as obras/serviços rejeitados. Aceito e aprovado as obras/serviço, a Administração, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo das obras/serviços que deverá ser assinado pelo Gestor do Contrato (Secretário(a) Municipal) e pelo fiscal do contrato.

7.3.1. Fica a licitante vencedora ciente de que o pleno cumprimento do estipulado no subitem 7.1 acima é condicionante para emissão do Atestado de Capacidade Técnica da obra;

7.3.2. Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato, por força das disposições legais em vigor.

## **8. GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O gestor e fiscal do contrato deverão primar pela integralidade e cumprimento de todas as cláusulas contratuais e fazer cumprir todas as obrigações estipuladas no instrumento contratual, bem como nas disposições contidas neste projeto básico e Edital que dará origem ao contrato e os demais dispositivos legais previstos nas legislações de regência.

8.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizar as inconformidades em relação ao projeto, das faltas ou dos defeitos observados, constando os registros em notificação que será encaminhada à empresa contratada para ciência.

8.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência.

8.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração Municipal, que deverão dirimir dúvidas, promovendo subsídios com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual e para a correta execução do objeto.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR PARA A CONTRATAÇÃO**

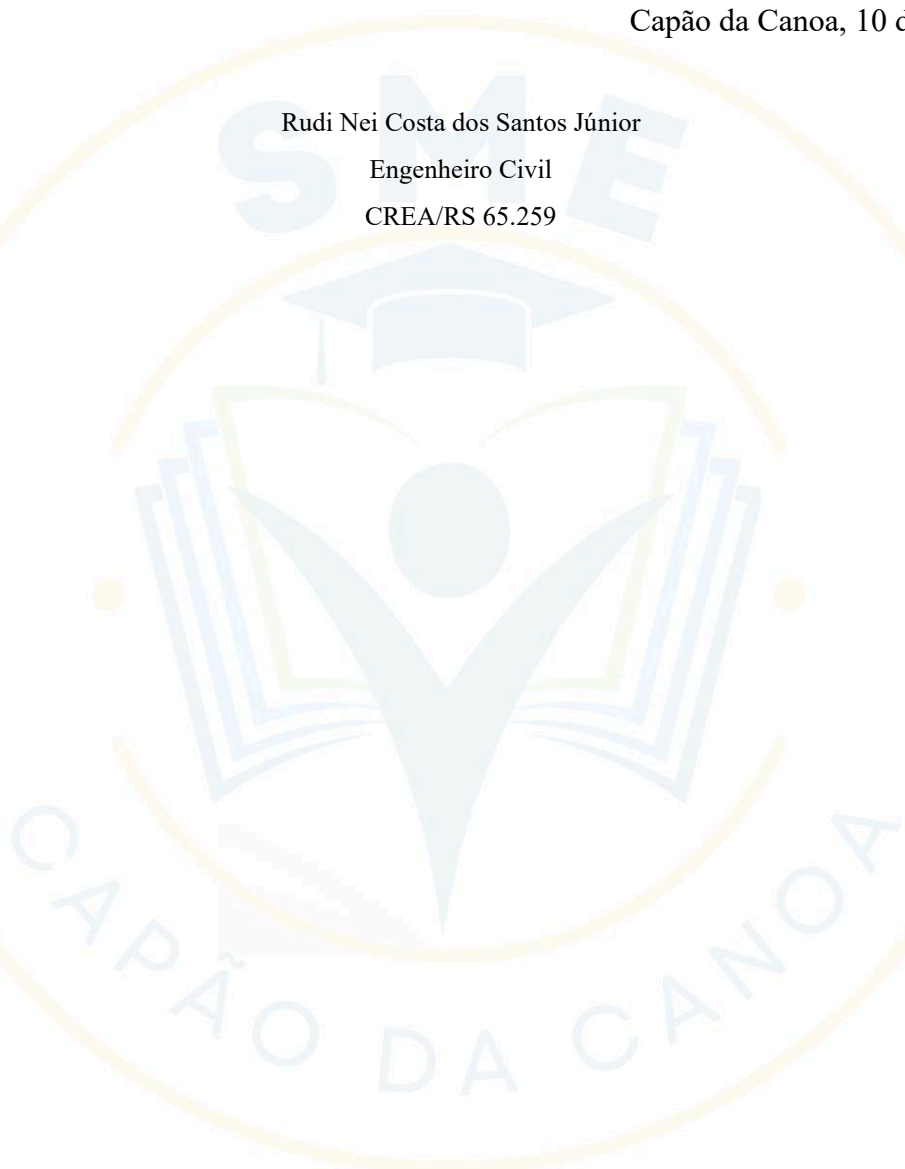
O valor estimado para a contratação consta no Estudo Técnico Preliminar (ETP), obtido a partir do estudo técnico e vinculado à planilha orçamentária.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Projeto Básico da Licitação e seus anexos farão parte integrante do edital de licitação.

Capão da Canoa, 10 de março de 2026.

Rudi Nei Costa dos Santos Júnior  
Engenheiro Civil  
CREA/RS 65.259





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0B14-4EBA-7235-1D9C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RUDI NEI COSTA DOS SANTOS JUNIOR (CPF 382.XXX.XXX-87) em 18/03/2026 12:53:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://capaodacanoa.1doc.com.br/verificacao/0B14-4EBA-7235-1D9C>